

IESS

INSTITUTO DE ESTUDOS
DE SAÚDE SUPLEMENTAR

Conjuntura - Saúde Suplementar

26º Edição - Maio de 2015

SUMÁRIO

Conjuntura - Saúde Suplementar

Seção Especial	3
Nível de Atividade	5
Emprego	6
Emprego direto em planos de saúde	7
Renda	7
Inflação	8
Câmbio	9
Mercado de Juros e Crédito	10

Seção Especial

Aspectos da relação entre o mercado de trabalho e o setor de saúde suplementar na região Sudeste

O SETOR DE SAÚDE SUPLEMENTAR

O crescimento do número de beneficiários de planos de saúde no Brasil foi de 2,5% entre dez/14 e dez/13 (Tabela 1). A região que apresentou o maior crescimento anual foi a Centro-Oeste com 7,8% e a que apresentou o menor crescimento foi a região Sudeste, com 1,6%.

TABELA 1: VARIAÇÃO ANUAL DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS POR GRANDES REGIÕES - DEZEMBRO DE 2014

GRANDES REGIÕES	VARIAÇÃO ANUAL (DEZ/13 À DEZ/14)
NORTE	3,4
NORDESTE	2,8
SUDESTE	1,6
SUL	3,7
CENTRO OESTE	7,8
BRASIL	2,5

Fonte: ANS

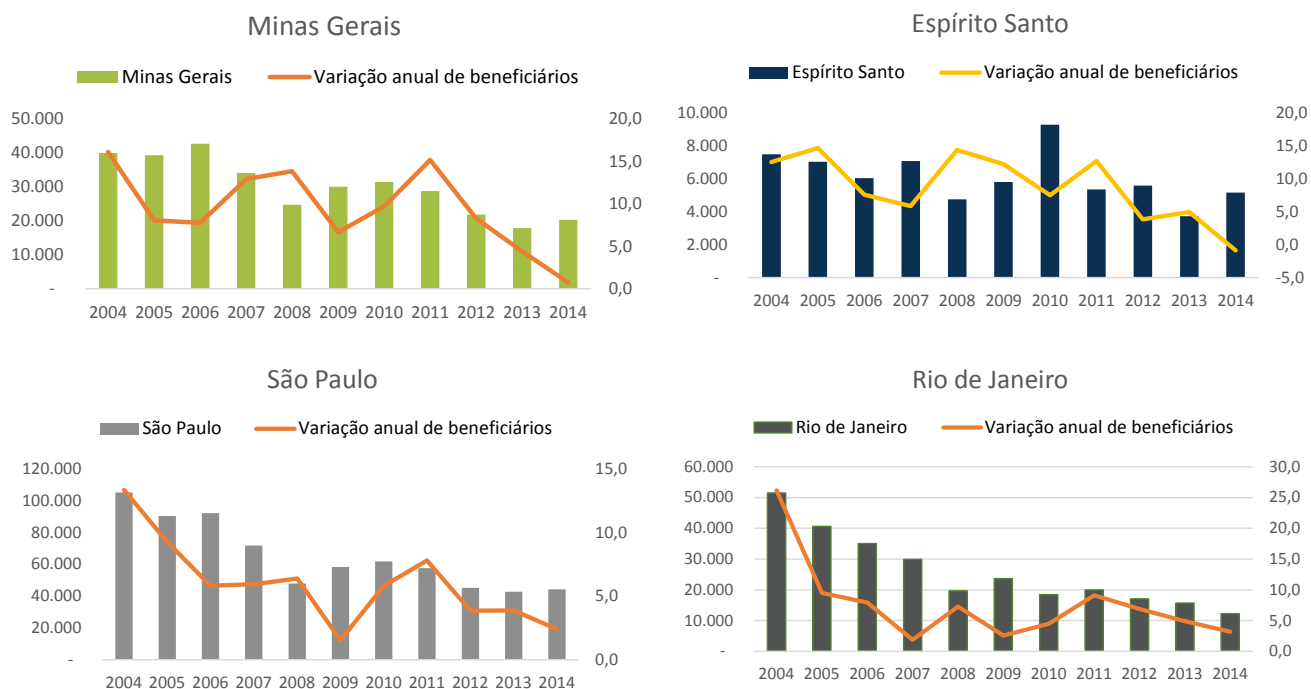
A região Sudeste é a região com a maior taxa de cobertura de beneficiários (38,9% em março de 2015), sendo maior que a taxa média nacional que foi de 26,2%. O baixo crescimento de número de beneficiários na região é de grande importância para o setor de saúde suplementar, devido à grande representatividade do número de beneficiários. O menor crescimento no número de beneficiários da região Sudeste pode ser vinculado à desaceleração da econo-

mia na região. Isso acontece porque o ritmo de vendas de planos de saúde está associado ao mercado de trabalho, uma vez que 66,3% dos beneficiários são provenientes de planos coletivos empresariais e uma menor parcela são de planos individuais (19,7%). Apesar disso, a taxa de cobertura da região Sudeste atingiu 39,0% em dezembro de 2014, a maior entre as regiões no mesmo período.

Ao analisarmos o saldo de empregos na região Sudeste, entre 2002 e 2014, verifica-se uma desaceleração do mercado de trabalho, principalmente a partir de 2006, nos quatro estados que compõem a região (Gráfico 1). Os estados que sofreram com a menor criação de postos de trabalho foram, respectivamente, São Paulo e Rio de Janeiro. São Paulo apresentou saldo de 105.118 novos postos de trabalho em 2004 e 44.295 em 2014, uma queda percentual de 57%. Em 2004, o Rio de Janeiro apresentou um saldo de 51.474 novos postos de trabalho e, em 2014, caiu para 12.288, o que representa uma queda percentual de 76%.

Diante do fraco desempenho do mercado de trabalho, é possível verificar no Gráfico 1 que a variação anual do número de beneficiários por planos coletivos empresariais acompanham a tendência de desaceleração, no período de 2003 e 2014 (Gráfico 1 e Tabela 2).

GRÁFICO 1 – SALDO DE CRIAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS E VARIAÇÃO ANUAL DE BENEFICIÁRIOS DE PLANOS DE SAÚDE COLETIVOS EMPRESARIAIS - ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE, ENTRE 2004 A 2014.



Fonte: CAGED/MTE.

Observa-se na tabela 2, que o Espírito Santo foi o único estado que apresentou variação negativa do número de beneficiários de planos coletivos empresariais (-0,9%) em 2014 quando comparado à 2013. Os demais estados apresentaram um crescimento nesse mesmo período, mas inferiores aos anos anteriores. Minas Gerais apresentou o segundo pior desempenho em 2014: variação em 12 meses de 0,7%. Esse baixo crescimento ocorre após uma variação de 4,4% em 2013.

Conclui-se que a região Sudeste apresentou desaceleração no crescimento do mercado de trabalho, com decréscimo no saldo de criação de postos de trabalho, o que impacta diretamente a contratação de novos planos de saúde, principalmente de contratação coletiva empresarial. As operadoras de saúde possuem a maior parte do seu portfólio de clientes de planos coletivos, o que afeta diretamente o crescimento do número de beneficiários.

TABELA 2: VARIAÇÃO ANUAL DO NÚMERO TOTAL DE BENEFICIÁRIOS POR PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAIS E POR ESTADO NA REGIÃO SUDESTE, 2003 A 2014.

	ESPÍRITO SANTO	MINAS GERAIS	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	TOTAL
DEZ/04	12,5	16,1	26,2	13,4	16,0
DEZ/05	14,7	8,1	9,5	9,3	9,3
DEZ/06	7,6	7,8	7,9	5,8	6,6
DEZ/07	5,8	12,9	1,9	5,9	6,1
DEZ/08	14,4	13,8	7,3	6,4	7,9
DEZ/09	12,2	6,7	2,6	1,5	2,9
DEZ/10	7,5	9,7	4,5	5,8	9,4
DEZ/11	4,8	5,0	4,4	1,9	5,2
DEZ/12	3,8	8,3	6,9	3,8	4,2
DEZ/13	4,9	4,4	4,9	3,9	2,1
DEZ/14	-0,9	0,7	3,2	2,4	21,1

Fonte: ANS

NÍVEL DE ATIVIDADE

A variação do PIB foi de 0,1% no acumulado do ano de 2014. Nessa mesma comparação, a indústria apresentou desempenho negativo de -1,2%, sendo esse o segundo índice negativo seguido desse setor no acumulado em 12 meses. Agropecuária e Serviços apresentaram desempenho positivo nessa comparação (0,4% e 0,7%, respectivamente).

O desempenho negativo da Indústria é decorrente, principalmente, do desempenho da indústria de Transformação¹, que no 4ºtri/14

¹ <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2857>

apresentou queda (-3,8%).

Pelo lado da demanda, o consumo do governo e das famílias apresentaram desaceleração em relação a 2013, com avanço de 1,3% e 0,9%, respectivamente, no acumulado de 2014. A formação bruta de capital fixo (FBCF) caiu pelo terceiro trimestre consecutivo (-4,3% no acumulado de 2014), o que resultou numa taxa de investimento no ano de 2014 de 19,7% do PIB, valor esse que é inferior ao observado em 2013 (20,5%).

TABELA 3 - CONTAS NACIONAIS - CRESCIMENTO ACUMULADO EM 12 MESES

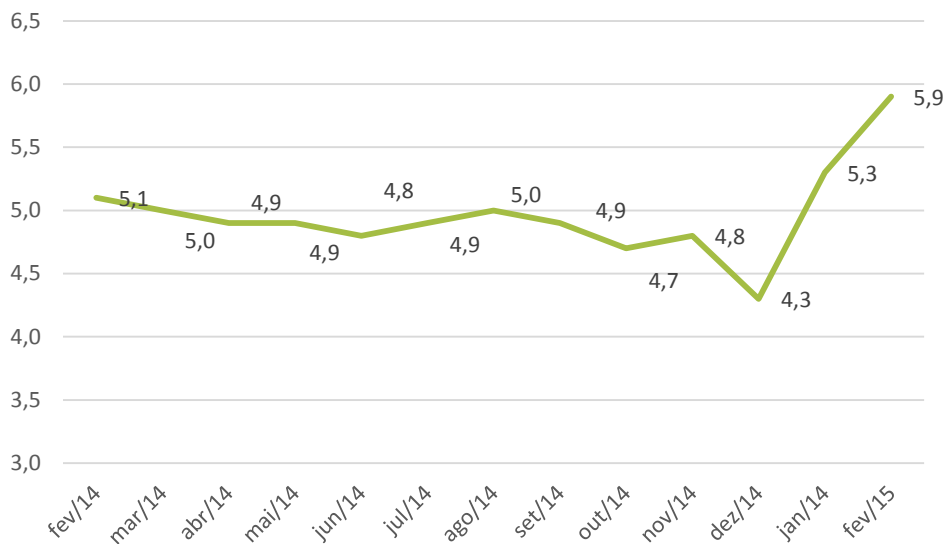
	VARIAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES (%)		
	4º TRIM./13	3º TRIM./14	4º TRIM./14
PRODUTO INTERNO BRUTO	2,7	0,7	0,1
AGROPECUÁRIA	7,9	0,8	0,4
INDÚSTRIA	1,8	-0,1	-1,2
SERVIÇOS	2,5	1,1	0,7
CONSUMO DAS FAMÍLIAS	2,9	1,0	0,9
CONSUMO DO GOVERNO	2,2	2,2	1,3
FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO	6,0	-1,7	-4,3
TAXA DE INVESTIMENTO, PIB %	20,5	20,0	19,7

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE.

EMPREGO

A taxa de desemprego calculada pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME), consideradas as seis regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa, atingiu 5,9% em fev/2015 (5,1% no mesmo mês de 2014). A taxa de desemprego, entre o período de set/2014 a dez/2014, apresentou tendência de queda, caindo de 4,9% para 4,3%. No início de 2015, essa taxa apresentou uma reversão aumentando para 5,9% em fev/2015.

GRÁFICO 2 – TAXA DE DESEMPREGO CALCULADA PELA PESQUISA MENSAL DO EMPREGO (PME) – FEVEREIRO DE 2014 A FEVEREIRO DE 2015



Fonte: CAGED/MTE.

A PNEA (pessoas que não podem ou não querem trabalhar) apresentou queda de 2,9% para 2,3% no período de 12 meses, o que representa uma alteração do cenário econômico comparado ao ano anterior.

A população ocupada apresentou variação anual positiva de 1,0%, no entanto, o número de empregados com carteira assinada e de servidores públicos apresentou variação anual negativa de 1,0% em ambas categorias (Tabela 4).

A economia do país apresentou, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), um saldo negativo de 78,3 mil demissões em jan/2015. Os setores que apresentaram saldo negativo foram: Comércio (97,6 mil demissões), Serviços (8,8 mil demissões) e Construção Civil (7,5 mil demissões). Indústria e Agricultura apresentaram saldos positivos de 26 mil e 9,7 mil postos de trabalho, respectivamente.

TABELA 4 – EMPREGO PME (REGIÃO METROPOLITANAS), FEVEREIRO DE 2014 E FEVEREIRO DE 2015

EMPREGO - PME (REGIÕES METROPOLITANAS)	FEV./14	FEV./15	VARIÇÃO ANUAL (%)
POPULAÇÃO OCUPADA (EM MIL PESSOAS)	43.137	43.554	1,0
EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA (EM MIL PESSOAS)	12.660	12.533	-1,0
EMPREGADOS NO SETOR PÚBLICO (EM MIL PESSOAS)	1.861	1.843	-1,0

Fonte: IBGE

EMPREGOS DIRETOS EM PLANOS DE SAÚDE

O setor de saúde suplementar gera inúmeros empregos todos os anos. Contudo, não é possível analisar o total de empregos gerados devido às dificuldades de se estimar o número de empregos indiretos. Mesmo assim, o número de empregos diretos gerados pelos planos de saúde podem dar uma ideia da dinâmica do mercado de trabalho do setor.

Os planos e seguros de saúde (Cnae 2.1 – 6550-2 e 6520-1 , respectivamente) geraram, em fevereiro de 2015, 1.785 novos postos de trabalho formais e desligaram 1.815 empregados, o que resultou num saldo negativo de 30 vagas formais. Em 12 meses a variação foi negativa (-7,5%) na criação de novos postos de trabalho. Enquanto que o número de desligados caiu em 13,6% em 12 meses o número de admitidos caiu em 23,2%.

RENDA

O rendimento médio real da população ocupada, medido pela PME/IBGE, apresentou um decréscimo de 0,5% em fev¹/2015, em relação ao mesmo mês de 2014. O valor real do rendimento médio das pessoas ocupadas em fev/2015 foi de R\$ 2.163,20. Na comparação em 12 meses, destaca-se também o crescimento do rendimento real do setor público (1,6%) e a estabilização do setor privado com carteira assinada de 0,1%. Na Tabela 6 é possível verificar a tendência de crescimento de cada ocupação direta entre o período de 2010 a 2015. Ao compararmos o período de 2010 com o de 2015 nota-se uma queda do rendimento médio dos salários, apenas o setor privado com carteira assinada apresentou um aumento de -0,3%, em 2010, passou para 0,1% em 2015.

Regionalmente, a taxa de variação da população ocupada, o rendimento mostrou crescimento em Recife (3,7%); Salvador (2,1%) e Porto Alegre (0,9%). Em Belo Horizonte e São Paulo registrou queda de 3,2% e 1,2%, respectivamente, e no Rio de Janeiro não variou.

A desaceleração do crescimento da força de trabalho resulta em um mercado de trabalho com baixa ociosidade, impactando, diretamente, a evolução dos rendimentos, que tendem a manter um crescimento positivo.

TABELA 5 – EMPREGO PME (REGIÃO METROPOLITANAS), SEGUNDO A RENDA MÉDIA REAL MENSAL, FEVEREIRO DE 2014 E FEVEREIRO DE 2015

RENDA MÉDIA REAL MENSAL (R\$)	FEV/14	FEV/15	VARIAÇÃO ANUAL (%)
POPULAÇÃO OCUPADA	2.174	2.163	-0,5
SETOR PRIVADO COM CARTEIRA ASSINADA	1.969,2	1.971,3	0,1
SETOR PÚBLICO	3.345	3.399	1,6

Fonte: Pesquisa Mensal do Emprego/IBGE.

¹ Último mês disponível

TABELA 6 – RENDIMENTO MÉDIO REAL DE OCUPAÇÕES E VARIAÇÃO DO CRESCIMENTO ANUAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO DE 2010 A FEVEREIRO DE 2015

CATEGORIAS DE OCUPAÇÕES	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PESSOAS OCUPADAS	R\$ 1.902,2	R\$1.971,7	R\$2.059,2	R\$2.109,0	R\$2.174,4	R\$2.163,2
CRESCIMENTO (%)	0,9%	3,7%	4,4%	2,4%	3,1%	-0,5%
CONTA PRÓPRIA	R\$ 1.585,5	R\$1.709,7	R\$1.808,5	R\$1.807,3	R\$1.920,4	R\$1.848,3
CRESCIMENTO (%)	1,7%	7,8%	5,8%	-0,1%	6,3%	-3,8%
SETOR PRIVADO COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	R\$1.812,8	R\$1.822,2	R\$1.900,7	R\$1.924,0	R\$1.969,2	R\$1.971,3
CRESCIMENTO (%)	-0,3%	0,5%	4,3%	1,2%	2,3%	0,1%
SETOR PRIVADO SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	R\$1.356,6	R\$1.391,9	R\$1.471,0	R\$1.536,7	R\$1.611,5	R\$ 1.542,2
CRESCIMENTO (%)	11,1%	2,6%	5,7%	4,5%	4,9%	-4,3%
SETOR PÚBLICO	R\$3.027,1	R\$3.134,3	R\$ 3.252,6	R\$ 3.361,2	R\$3.344,9	R\$ 3.399,3
CRESCIMENTO (%)	1,9%	3,5%	3,8%	3,3%	-0,5%	1,6%

Fonte: Pesquisa Mensal do Emprego/IBGE.

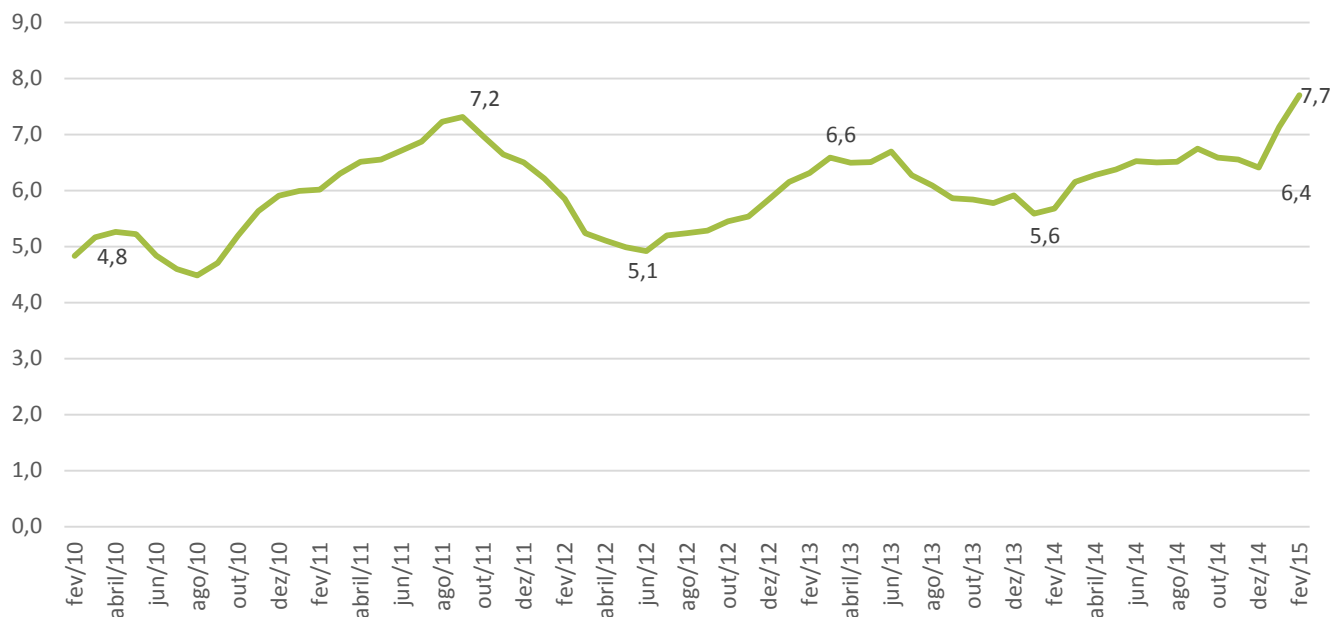
INFLAÇÃO

O IPCA, que mede a inflação oficial do Brasil, teve variação acumulada em 12 meses em fev/2015 de 7,7%, patamar acima dos 5,7% de fev/2014. Observa-se uma tendência de aumento da inflação desde dezembro de 2014 quando a taxa foi de 6,4%. Segundo o IBGE, o preço da gasolina foi o que alavancou a inflação em fev/2015, com taxa de 8,4%, devido ao aumento nas alíquotas do PIS/CONFINS. Devido

essa forte pressão, os gastos com transportes subiram 2,2%.

O índice de difusão do IPCA apresentou tendência de queda entre Jan/2015 e Fev./2015, passando de 68,9% para 68,1%, o que indica diminuição do número de itens que compõem o IPCA que sofreram aumento de preço. Ou seja, a inflação ficou mais concentrada em alguns produtos.

GRÁFICO 8: IEVOLUÇÃO DA VARIAÇÃO DO IPCA EM 12 MESES

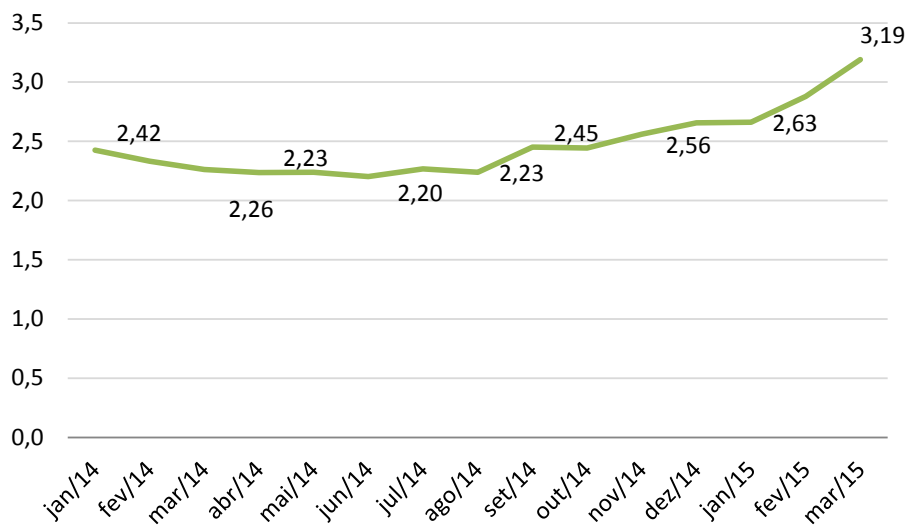


Fonte: IBGE

CÂMBIO

No trimestre semestre de 2015 o real apresentou desvalorização frente ao dólar, e a taxa de câmbio, que iniciou em R\$ 2,69, em janeiro de 2015 alcança o valor de R\$3,19 em março (Gráfico 9). O câmbio deve ser avaliado com cuidado pois constitui uma fonte de inflação, por causar aumento dos preços dos produtos importados.

GRÁFICO 9: TAXA DE CÂMBIO REAL POR DÓLAR (PTAX VENDA), JAN/14 A MAR/15, REFERENTE AO ÚLTIMO DIA DO MÊS.



Fonte: Banco Central.

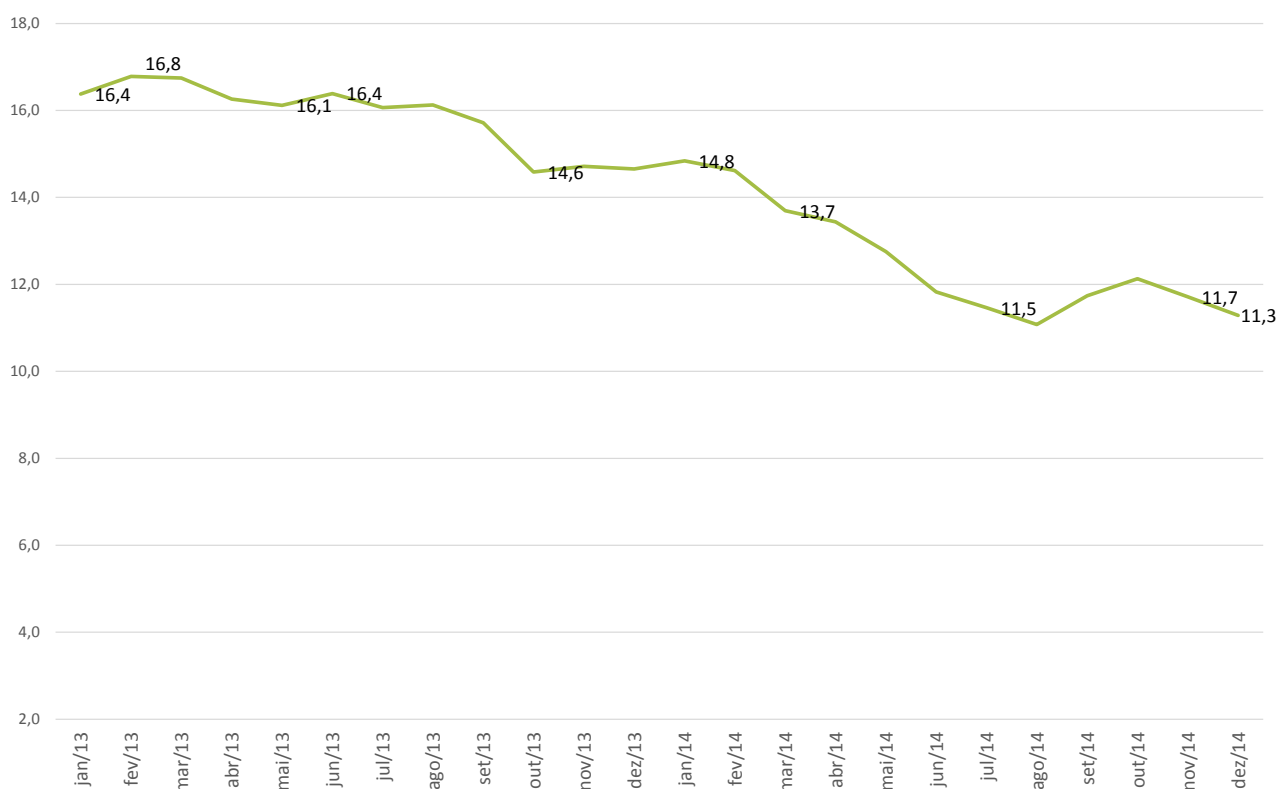
MERCADO DE JUROS E CRÉDITO

O Copom, em sua segunda reunião de 2015, decidiu elevar a taxa Selic para 12,75% ao ano, um aumento de 0,50%. Nessa reunião, o Copom avaliou que as atuais pressões inflacionárias presentes na economia – a exemplo o aumento da gasolina, assim como os preços dos alimentos e bebidas – tendem a pressionar o aumento da inflação, como tem ocorrido com o IPCA. Por esse motivo foi realizado o ajuste da política monetária, para tentar direcionar a inflação para a meta (4,5%).

A taxa de juros anual média para empréstimos às famílias atingiu 54,32% em fevereiro de 2015, após elevação de 2,2 p.p. no ano. Para empréstimos às empresas, a taxa de juros média subiu 0,8 p.p. no mesmo período, situando-se em 26,11%.

O total de crédito do sistema financeiro, considerando as operações com recursos livres e direcionados, alcançou R\$3,0 trilhões em dez/2014, acumulando expansão de 11,3% em 12 meses, comparativamente a 14,7% em dez/2013. A relação crédito/PIB atingiu 58,98% em dez/2014, ante 56,5% em dez/2013 (Gráfico 10).

GRÁFICO 10: VARIAÇÃO EM 12 MESES DO TOTAL DE CRÉDITO DISPONIBILIZADO PARA O SETOR PÚBLICO E O SETOR PRIVADO, JAN/13 A DEZ/14.



Fonte: Banco Central.



INSTITUTO DE ESTUDOS DE SAÚDE SUPLEMENTAR

SAÚDE SUPLEMENTAR EM NÚMEROS

Os últimos dados disponíveis para o setor de saúde suplementar foram os divulgados em março de 2015 (com data-base dezembro de 2014), já analisados na 2ª Edição da Saúde Suplementar em Números, em: www.iess.org.br

EQUIPE

Luiz Augusto Carneiro
Superintendente Executivo
Amanda Reis A. Silva
Pesquisadora
Natalia Lara
Pesquisadora
Elene Nardi
Pesquisadora
Bruno Minami
Estagiário

REFERÊNCIAS

- IBGE:
Banco de Dados Agregados—Sidra
Contas Nacionais Trimestrais/ 2º Trimestre-2014
Pesquisa Mensal do Emprego—PME
- Banco Central do Brasil:
Sistema Gerenciador de Séries Temporais—SGS
Boletim Focus
- Ministério do Trabalho e Emprego — MTE:
Cadastro Geral de Empregados e Desempregados—
Caged
Relação Anual de Informações Anuais — RAIS

IESS
Rua Joaquim Floriano 1052, conj. 42
CEP 04534 004, Itaim, São Paulo, SP
Tel (11) 3706.9747
contato@iess.org.br